



8 de outubro de 2024 | nº 97

**PEC que acaba
com o abono
permanência
volta
a tramitar**

A hand in a purple and white checkered shirt holding a wooden signpost. The sign is brown and has the text "FIQUE ATENTO!" written on it in large, bold, black capital letters.

**FIQUE
ATENTO!**

VEJA NESTA EDIÇÃO

- Eleição Sindilex: Conheça a chapa eleita "Unidade e Compromisso"
- TCU e BNDES debatem desenvolvimento socioeconômico do Brasil em reunião
- Projeto do Orçamento de 2025 é protocolado na Câmara Municipal

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

30 de setembro

Eleições Sindilex

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Marcos Alcyr, estiveram no TCM acompanhando o processo eleitoral do Sindilex. Já o vice-presidente, Miguel Lima, esteve na Câmara Municipal acompanhando o processo de votação.

1 de outubro

Reunião na Procuradoria da Câmara Municipal

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, reuniram-se com o Procurador-Chefe da Câmara Municipal.

Curso de Formação Sindical

Participação na 8ª aula do Curso de Formação Sindical, realizado em parceria entre a Escola Sindilex e a Pública Central do Servidor. A aula foi ministrada pelo professor Carlos Eduardo da Rosa Martins, com o tema "A Teoria da Dependência".



Plantão do Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Ele também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

Os plantões no TCM geralmente ocorrem nas manhãs de quarta-feira.

Reunião na Procuradoria da Câmara Municipal

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, reuniram-se com o Procurador Chefe da Câmara Municipal. Dependência".

Reunião no Conselho Regional de Economia

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, o vice-presidente, Miguel Lima, e o secretário-geral, que também é presidente da Fenalegis, Eduardo Carrion, participaram de uma reunião no Conselho Regional de Economia de São Paulo com o presidente, Pedro Afonso Gomes, e o vice-presidente, Odilon Guedes.



3 de outubro

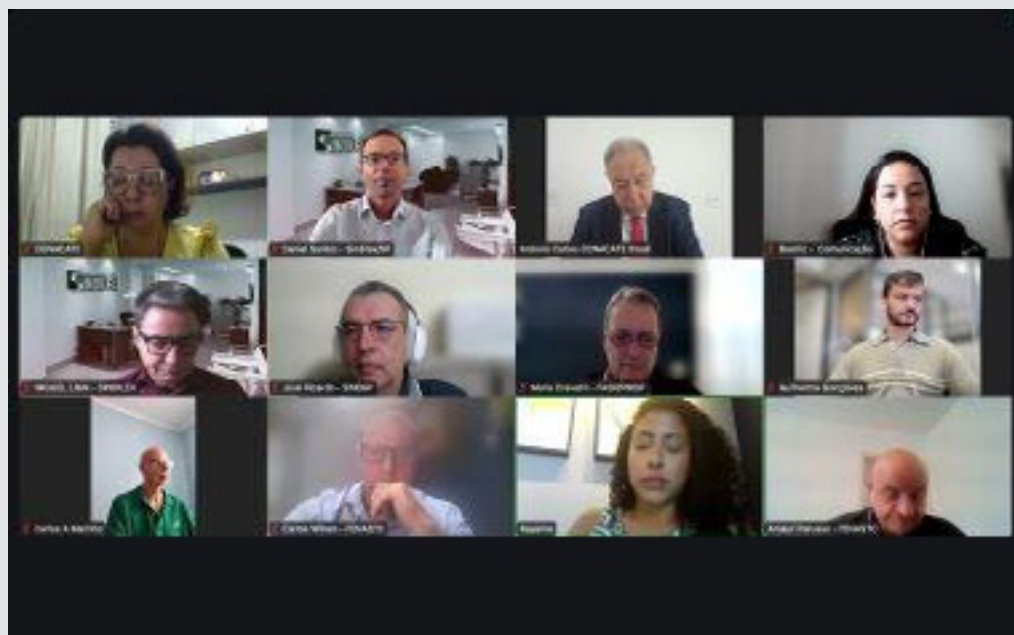
Reunião da Pública

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram da reunião online da diretoria da Pública Central do Servidor. A reunião, sob coordenação de José Gozze, presidente da Pública, debateu a organização da Semana da Pública em Brasília, que será realizada nos dias 8 e 9 de outubro, contando com reunião presencial e visita aos parlamentares no Congresso para tratar, em especial, da PEC 6/24 (PEC 555), PLP 21/23 (Descongela Já - Pandemia) e PEC 66/23 (Previdência). Também foi comentada a Audiência Pública do dia 29 de outubro, em homenagem aos servidores públicos, no plenário da Câmara Federal.

4 de outubro

Reunião Conacate

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram da reunião híbrida da diretoria da Conacate - Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado. Sob a coordenação do presidente da Conacate, Antonio Carlos Fernandes, a reunião teve como pauta a apresentação de sugestões de ofícios aos ministros do STF referentes às ADIs, de um ofício sobre a PEC 66/2023 e o PLP 168 para senadores, além da apresentação de material para a campanha contra a PEC 66/2023.



DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

ELEIÇÃO SINDILEX 2024

Na última segunda-feira de setembro, dia 30, ocorreu a eleição do Sindilex para o triênio 2025-2027. A votação foi realizada inteiramente online, com o processo eleitoral tendo início às 10 horas e encerrando-se às 17 horas, proporcionando aos sindicalizados 7 horas para votar na chapa única. Com uma participação representativa dos sindicalizados, a chapa "Unidade e Compromisso" foi eleita, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos e demandas da categoria. A posse da nova diretoria está marcada para o dia 3 de janeiro de 2025.

CONHEÇA A CHAPA ELEITA "UNIDADE E COMPROMISSO":

Diretoria Executiva:

- Presidente: Miguel Angelo Paz Lima – CMSP
- Vice-Presidente TCMSP: Daniel dos Santos – TCMSP
- Vice-Presidente CMSP: Mario Sergio Horta – CMSP
- Secretário Geral: Marcos Alcyr Brito de Oliveira – TCMSP
- Subsecretário: José Mauro da Silva – CMSP
- Tesoureiro Geral: Antônio Almeida de Sousa – TCMSP
- Subtesoureiro: Aldo Cuomo – CMSP
- Diretora Jurídica: Anne Tobos Melnikoff – TCMSP
- Diretora Adjunta Jurídica: Karen Lima Vieira – CMSP
- Diretor de Aposentados e Pensionistas: Djalma Donato – TCMSP
- Diretor de Relações Intersindiciais:
Antônio Carlos Fernandes Lima Junior – CMSP
- Diretora de Imprensa e Divulgação: Sônia Maria Corrêa Alves – CMSP

- Diretor de Assuntos Profissionais TCMSP:
Carlos Albuquerque Lemos – TCMSP
- Diretor de Assuntos Profissionais CMSP: Gustavo Costa Dias – CMSP
- Diretor de Celetistas: Vera Nice Rodrigues Ribeiro – CMSP
- Diretora de Cultura: Mariana de Luna Cury – TCMSP
- Diretor de Esportes: Eduardo Carrion Silva – TCMSP
- Diretor de Cargo em Comissão:
Silas Tavares Leite – TCMSP

Conselho Fiscal Titular:

- Gisela Coelho Nascimento – TCMSP
- Sergio Janes Ferreira – TCMSP
- Maria do Socorro Gomes de Amorim – CMSP
- Adriana Orsatti Scattone – CMSP
- Márcia Yoshimi Taniguchi Hosi – CMSP

Suplência:

- Suplente de Diretoria: Fernando José Alfonso Aruta – CMSP
- Suplente de Diretoria: Roberto Alves Batista – TCMSP
- Suplente de Diretoria: Maria Isabel Lopes Corrêa – CMSP
- Suplente de Diretoria: Adriana Manólio – TCMSP
- Suplente de Diretoria: Ivan Juncioni de Arauz – TCMSP
- Suplente do Conselho Fiscal: Luiz Protásio Oliva – TCMSP
- Suplente do Conselho Fiscal: Allan Rodrigues Dias – CMSP

A participação dos filiados foi fundamental para o sucesso do processo eleitoral. A diretoria eleita agora se compromete a seguir firme na defesa dos direitos dos servidores, sempre atuando com transparência, união e compromisso.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Tardes do Conhecimento

A AUDTCM, em parceria com a Escola de Gestão e Contas do TCM, tem desenvolvido um programa chamado Tardes de Conhecimento. Como parte do programa, promoverá na próxima sexta-feira, 11/10, às 16h30, palestras online que podem ser acessadas por qualquer cidadão, bastando inscrever-se conforme indicado no post abaixo.

TARDES DE CONHECIMENTO
Atividade de Inteligência como instrumento de fortalecimento das ações de controle externo

PALESTRANTE
Marcio Marinot
 Auditor de Controle Externo no TCE/ES e Chefe de Gabinete de Conselheiro.

Rogério Oliveira de Jesus
 Auditor de Controle Externo e Coordenador do Núcleo de Informações Estratégicas do Tribunal de Contas do TCE/ES

MEDIADORA
Luciana Guerra
 Auditora de Controle Externo e Chefe da Unidade de Informações Estratégicas do TCMSP.

APOIO:

SEXTA-FEIRA 11 DE OUTUBRO 14H30

ON-LINE
 Transmissão pelo canal da EGC no Youtube

InfoContas
 Instituto Nacional de Informações e Pesquisas em Contabilidade

ANTC
 Associação Nacional de Técnicos Contábeis

EGC
 Escola Superior de Gestão e Contas Públicas TCMSP

TCMSP/IT
 Tribunal de Contas do Município de São Paulo

INSCRIÇÕES ABERTAS NO SITE:
 WWW.ESCOLADECONTAS.TCM.SP.GOV.BR

SIGA EM NOSSAS REDES SOCIAIS

[Inscreva-se clicando aqui](#)

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública do Rio Grande do Sul se mobiliza pela aprovação da PEC 06/2024

Na manhã de segunda-feira, 30/09, representantes da Pública do Rio Grande do Sul participaram de uma reunião estratégica sobre a PEC 6/2024, realizada na Sede da Associação dos Juízes do RS (Ajuris) e da União Gaúcha em Defesa da Previdência (UG). Convocada pela União Gaúcha, a reunião contou com a presença da Frente RS do Serviço Público e do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

As entidades integrantes uniram-se em mobilização para fortalecer os contatos com parlamentares federais do Rio Grande do Sul, visando coletar assinaturas que apoiem o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006. Os diretores da Pública destacaram os esforços da entidade na articulação em torno da PEC 6, informando sobre a articulação nacional que será realizada nos dias 8 e 9 de outubro em Brasília, com foco no trabalho parlamentar na Câmara dos Deputados.

Ao final do encontro, foi assinado um documento que formaliza o pedido de apoio aos parlamentares, reforçando a importância da união entre as entidades em prol do apensamento das PECs.

SINDICALISMO PELO BRASIL



A PEC que acaba com o Abono Permanência volta a tramitar na Câmara dos Deputados

FIQUE ATENTO!

A PEC 139/2015, do Poder Executivo à época, prevê o fim do abono de permanência para servidores públicos que já tenham cumprido os requisitos para a aposentadoria voluntária.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) revoga o parágrafo 19 do artigo 40 da Constituição Federal e os parágrafos 5º do artigo 2º e 1º do artigo 3º, da EC (Emenda à Constituição) 41, de 2003.

Trata-se, o abono de permanência, de benefício que incentiva servidores do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) a permanecerem em atividade, mesmo após terem cumprido os requisitos para a aposentadoria.

O valor do abono corresponde à contribuição previdenciária do servidor.

Valor do abono

O valor do abono de permanência é equivalente à alíquota de contribuição previdenciária do servidor público, que varia de acordo com a legislação e o ente federativo — União, estados e municípios:

- **servidores públicos federais:** desde março de 2020, as alíquotas são progressivas e proporcionais aos salários, e varia de 7,5% para quem recebe até 1 salário mínimo, até 16,79% para quem ganha até R\$ 39,2 mil por mês.
- **servidores estaduais e municipais:** as alíquotas são estabelecidas pelos entes federativos.

O valor do abono corresponde à contribuição previdenciária do servidor.

No entanto, a realidade atual é diferente, com o quadro de servidores públicos novamente reduzido.

O abono de permanência cessa quando o servidor quebra o vínculo com a Fazenda Pública, seja por aposentadoria, exoneração ou outras razões.

Tramitação

Em 13 de setembro, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) foi designado relator da proposta na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

Inicialmente, a CCJ analisa e vota apenas a constitucionalidade da matéria, isto é, não entra no mérito da PEC. Caso seja aprovada na comissão técnica, o texto segue para análise de mérito em comissão especial.

Fonte: *Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Em reunião, TCU e BNDES debatem o desenvolvimento sócioeconômico do Brasil

Enfrentamento da crise climática e incentivo à incorporação de tecnologias de inteligência artificial foram os principais pontos discutidos



Imagem: Reprodução

Na quarta-feira (2/10), o Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para conhecer projetos e iniciativas em curso na instituição que impactam diretamente o Brasil. O encontro reforçou a parceria de longa data entre as duas instituições e destacou a contribuição do BNDES para o desenvolvimento socioeconômico do país. Participaram da reunião o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, e os ministros Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes e Antonio Anastasia.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, reforçou a importância do encontro entre as duas instituições.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou o papel fundamental do banco como agente de transformação, não apenas na geração de lucros,

mas no apoio estratégico a diversos setores da economia. "Os dados do banco são consistentes, e o que sempre defendo é que um banco trabalhe com dinheiro, que é uma commodity, mas o que nos interessa é o desenvolvimento socioeconômico por trás disso", afirmou Mercadante.

Mercadante também destacou a atuação do banco na atração de empresas multinacionais que consideram o mercado e os incentivos brasileiros mais atraentes para produção. Além disso, o presidente da instituição mencionou os esforços do BNDES em promover o avanço da Inteligência Artificial no país e a ampliação do acesso à tecnologia, especialmente com a expansão do 5G para mais de 120 favelas brasileiras nos próximos meses.

O debate sobre as mudanças climáticas foi o foco da reunião. Para isso, Mercadante destacou que o BNDES está criando setor específico para lidar com desastres. "Nós precisamos desenvolver expertise no atendimento a essas situações de emergência, porque, infelizmente, elas vão ser mais recorrentes do que gostaríamos".

[Leia mais clicando aqui](#)



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Projeto do Orçamento de 2025 é protocolado na Câmara Municipal

A Prefeitura de São Paulo tem até o dia 30 de setembro de cada ano para entregar o projeto do Orçamento Anual do ano seguinte na Câmara Municipal para ser analisado e aprovado pelos vereadores.

Na segunda-feira, 30/09, o Executivo Municipal protocolou a peça orçamentária do ano de 2025 no legislativo paulistano. Sob o número PL 729/2024, o projeto contém a previsão de receitas (arrecadação da PMSP, através de impostos) e as despesas, que compoem os gastos do Executivo.

O PL 729/2024 será analisado pelos vereadores que terão a possibilidade de alterar a destinação de verbas, apresentar emendas que resultarão no projeto final a ser votado em Plenário. Após a votação, que ocorre no final do ano, a peça orçamentária vira lei, a chamada LOA (Lei Orçamentária Anual). No entanto, é muito comum entre os vereadores e servidores da Câmara, o projeto ser chamado de LOA desde o início de sua tramitação.

A LOA de 2025 tem uma previsão de receitas de R\$ 122,7 bilhões, que representa uma alta de 9,75% em relação ao orçamento deste ano (R\$ 111,8 bilhões).

É por meio da LOA que são destinados os recursos para cada área dos serviços municipais como, por exemplo, a educação, o transporte, a saúde e a zeladoria da cidade. Antes do projeto ser aprovado em Plenário, a Comissão de Finanças e Orçamento, responsável em analisar a proposta, realiza Audiências Públicas gerais e temáticas para ouvir as demandas da população.

[Leia mais clicando aqui](#)

TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: Mulher vota em Falls Church, no Estado da Virgínia, EUA • REUTERS/Kevin Lamarque

Eleições nos EUA: uma democracia que não permite oposição

por Por Eduardo Vasco

13 de maio de 2024

O regime estadunidense considera-se o mais democrático do mundo. É o que sempre disseram aos quatro ventos os presidentes dos Estados Unidos, e o que seu sistema monopolista de comunicação sempre propagou para o mundo inteiro. Isso já se tornou senso comum, comprovando uma das mais famosas máximas dos nazistas: “uma mentira repetida mil vezes acaba tornando-se verdade” (na consciência do grande público).

Mas como um sistema pode ser considerado democrático se há somente dois partidos, que não divergem em nada nos principais assuntos nacionais e

internacionais, e que, como muitos sinalizam há tempos, não passam de dois lados da mesma moeda?

Para as eleições presidenciais de novembro deste ano, o roteiro é o mesmo de sempre: Partido Democrata vs. Partido Republicano. Mesmo que a maioria dos eleitores não concorde com as candidaturas de Kamala Harris(*) e Donald Trump, como apontou o levantamento da Reuters/Ipsos de 25 de janeiro: “em geral, uma maioria absoluta de americanos (52%) não está satisfeita com o sistema de dois partidos e quer uma terceira escolha.”

Esse sentimento não é de hoje. Já em 2008, quando as presidenciais opuseram Barack Obama (D) a John McCain (R), 47% dos eleitores consultados pela Gallup desejavam uma alternativa a democratas e republicanos. Em outubro de 2023, o mesmo instituto apontou que 63% dos americanos achavam que os dois partidos fazem um “trabalho tão ruim” de representação popular que é preciso um terceiro grande partido.

Uma terceira pesquisa, de outro instituto de grande prestígio nos EUA, o Pew Research Center, mostrou, em 24 de abril, que 49% dos eleitores substituiriam tanto a candidata do Partido Democrata quanto o candidato dos Republicanos nestas eleições, se tivessem a “capacidade” de decidir quem seria o candidato de cada partido.

Mesmo com tamanha insatisfação, que evidencia uma oposição do povo americano ao regime bipartidário, essa oposição não se materializa em um partido político com chances de vitória

Excessões

Apenas em oito ocasiões na história dos EUA (a primeira em 1848 e a última em 1992) um terceiro candidato obteve mais de 10% dos votos populares. E somente em duas delas ele conseguiu ficar à frente de um dos dois candidatos principais, mas nunca na frente dois dois, ou seja, nunca conseguiu se eleger. Essas duas exceções de terceira via que chegaram em segundo lugar foram John Breckinridge, pelos Democratas de Lecompton, em 1860, e Theodore Roosevelt, pelo Partido Progressista, em 1912.

Há mais de cem anos aos americanos não é dada nenhuma opção que não seja o candidato do Partido Democrata ou o candidato do Partido Republicano, ainda que, como mostram as pesquisas, os eleitores exijam essa terceira opção. Mas a pulsante democracia dos EUA não atende à vontade de seus cidadãos em seu momento mais importante, a eleição presidencial!

De fato, os partidos e candidatos que tentam concorrer com o regime bipartidário são sistematicamente impedidos pelo aparelho eleitoral. Poucos conseguem se qualificar para aparecer nas cédulas eleitorais, cujos critérios variam em cada estado. As pesquisas de intenção de voto não mencionam nomes que não sejam os do candidato democrata e do candidato republicano – pouquíssimas citam um terceiro ou quarto candidato. A imprensa não noticia as atividades dos outros candidatos, nem tampouco os entrevista. Para participar dos debates promovidos pela Comissão de Debates Presidenciais, o candidato precisa ter ao menos 15% das intenções de voto nas pesquisas (como, se seu nome sequer é mencionado?) e aparecer em um número suficiente de cédulas para ter chance de vencer no Colégio Eleitoral.

Todo o aparato do regime norte-americano (justiça eleitoral, instituições, imprensa, mecanismos de busca) funciona como se houvesse apenas dois candidatos: o democrata e o republicano. E, de fato, essa é a realidade. Os outros quatro ou cinco que realizam a proeza de superar as dificuldades para aparecer na cédula não concorrem efetivamente.

(*) nome atualizado em relação ao texto original

[Leia o mais clicando aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



Banco Central favorece interesses do mercado financeiro e atua de costas para o povo brasileiro

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, fez duras críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacando a postura do BC de favorecer o mercado financeiro em detrimento dos interesses do povo brasileiro. Segundo Fattorelli, o BC age para direcionar mais recursos ao Sistema da Dívida, como exposto em recente declaração: *“A autoridade monetária declarou que a quantia deveria ser contabilizada como ganho patrimonial, podendo abater a dívida pública”*, reforçando o viés neoliberal e financista.

Essa crítica se alinha com as recentes notícias que refletem a atuação do BC. Em uma delas, Campos Neto afirmou que o ciclo de alta da Selic está *“aberto”* e não há uma orientação clara sobre o nível dos aumentos da taxa de juros, o que reforça a pressão sobre a economia e a população, ao manter os juros altos.

Além disso, as taxas de longo prazo continuaram a subir após declarações de Campos Neto sobre a alta de prêmios, revelando como o mercado reage rapidamente a essas decisões, enquanto os rendimentos dos Treasuries no exterior também influenciam.

Para completar, o presidente do BC defendeu a adoção de uma metodologia internacional para o cálculo fiscal, supostamente para dar mais transparência às contas públicas, o que, segundo Fattorelli, representa mais uma tentativa de fortalecer o Sistema da Dívida, com impactos diretos sobre a economia real.

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início do mês de outubro, o Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.150, fixou teses sobre a responsabilidade do Banco do Brasil por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculados ao PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, podem ter direito à restituição de quantias significativas se forem detectadas irregularidades em seus extratos de conta PASEP.

Finalidade da Ação

A ação visa o ressarcimento de danos ocorridos em razão do desfalque em conta individual vinculada ao PASEP.

Perguntas e respostas sobre o PASEP

1) Existe data-limite para ingressar com a ação?

- Não existe limite. O prazo prescricional vai começar a correr após a entrega dos documentos pelo banco.

2) Os filhos podem entrar em nome de pais falecidos?

- Os filhos podem entrar com a ação em nome dos pais falecidos. A dificuldade que eles podem encontrar é de obter o extrato do PASEP junto ao Banco do Brasil.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

- **Requerimento Extratos do PASEP:**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

Obs: Para os períodos anteriores a 1999, solicitar extrato ao Banco do Brasil em formato microfilmado.

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- **Contrato de consultoria dos cálculos (fase preliminar)**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Procuração**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

- **Contrato de serviços advocatícios**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Documento de identidade (RG) e CPF**

- **Comprovante de endereço**

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais